

# A RELEVÂNCIA DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES NO CENÁRIO BRASILEIRO

Isadora Mendes BATISTA<sup>1</sup>  
Vinícius Medeiros dos SANTOS<sup>2</sup>

**RESUMO:** Neste artigo, apresentamos um panorama histórico sobre o movimento estudantil no Brasil a fim de compreendermos o papel político e a importância social da União Nacional dos Estudantes (UNE).

**PALAVRAS-CHAVE:** UNE; movimento estudantil; história educacional.

## 1. Introdução

Neste estudo<sup>3</sup>, refletimos acerca da relevância do movimento estudantil no Brasil, considerando tanto a sua atuação política quanto o seu papel social na sociedade brasileira. Em relação à compreensão da estruturação do movimento estudantil em si, apontamos os postulados de Foracchi (1972, p. 74-76), que entende que movimentos estudantis surgem a partir e por meio de três fatores fundamentais, sendo eles:

Há que se destacar, em primeiro lugar, a problemática da juventude que constitui o seu embasamento fundamental e permanente. A necessidade de independência e auto-expressão marcam essa etapa da vida com um comportamento de rebelião, passível de revestir-se de formas extremadas de expressão social. [...] Introduz-se, nessa altura, uma segunda ordem de fatores. A universidade em crise institucional [...] não tem condições para criar nesses jovens um sentido profundo de identificação com a instituição. Esta identificação é procurada e encontrada na integração à comunidade estudantil, divorciada, pelos fatores da crise, da

---

<sup>1</sup> Graduanda em Letras na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Câmpus de São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil, Orientadora Profa. Dra. Vanessa Antonini, isadorambatista@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Graduando em Letras na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Câmpus de São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil, Orientadora Profa. Dra. Vanessa Antonini, vinicius\_medeiros2@hotmail.com.

<sup>3</sup> Inicialmente apresentado oralmente como parte dos requisitos para aprovação no curso "Organização da Educação Brasileira: perspectiva histórica", ministrado pela Profa. Dra. Vanessa Antonini na UNESP de São José do Rio Preto, em 2016.

comunidade universitária. [...] A terceira ordem de fatores confluyente na caracterização do movimento estudantil diz respeito, exatamente, à vinculação mais imediata que une a universidade à sociedade e que é a carreira profissional. A redefinição da condição de adulto, sua efetivação em moldes compatíveis com a percepção crítica que o jovem elabora, com relação às opções existentes, coloca a carreira profissional como um desafio a enfrentar.

Em relação às ações do movimento estudantil, realizamos um percurso histórico sobre as principais realizações da União Nacional dos Estudantes (UNE), desde o momento de sua fundação, em 1937.

Nesse sentido, é importante destacarmos que, mesmo antes desse período propriamente, 1937, e dessa organização especificamente, UNE, os alunos universitários brasileiros já buscavam uma articulação política, um direcionamento enquanto cidadãos ativos e participativos inseridos em sua comunidade, embora os resultados desses esforços não fossem muito expressivos.

Mendes Jr. (1982) entende que, de modo amplo, podem-se caracterizar dois grandes momentos da história dos movimentos estudantis no Brasil antes do surgimento da UNE.

Segundo o pesquisador, ao final do período colonial e nos primeiros anos do Império, não havia uma ação social conjunta, tampouco uma organização central em torno da qual os discentes concentravam-se. Assim, essa primeira fase era marcada por atividades estudantis individuais.

A maneira como esses esforços discentes organizavam-se não surpreende, quando consideramos não só o motivo pelo qual a instituição educacional superior no país fora fundada, mas também os seus objetivos. Como aponta Fávero (2006, p. 19), a universidade no Brasil

[...] foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias, sem uma definição clara no sentido de que, por suas próprias funções, deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento. Produção essa que deveria procurar responder às necessidades sociais mais amplas e ter como

preocupação tornar-se expressão do real, compreendida como característica do conhecimento científico [...].

Desse modo, uma vez que a instituição universidade não fora estruturada para receber e preparar o coletivo, a comunidade, torna-se mais evidente o motivo pelo qual os alunos também não se articulavam em conjunto, em busca de um bem comum. Evidentemente, limitações técnicas e tecnológicas dificultavam o acesso e a troca de informações entre os alunos naquele tempo, mas, como Fávero (2006) declara, o próprio espaço do saber fora projetado para atender a bem poucos.

Na segunda fase, do desenrolar do Império, passando pelos primeiros anos da Primeira República até o Estado Novo (1937), Mendes Jr. (1982) caracteriza o movimento estudantil como uma atuação coletiva. De acordo com o estudioso, foram criadas as Sociedades Acadêmicas nessa época, que, embora apresentassem uma perspectiva estritamente cultural e intelectual, foram politicamente atuantes em momentos críticos, como quando no período de lutas abolicionistas.

Entretanto, ressaltamos que, naturalmente, essas organizações estudantis não foram homogêneas, uma vez que seus objetivos poderiam ser contraditórios (BUCK, 2012), assim como a visão dos próprios profissionais que se debruçavam e estudavam sobre elas também se articulam sob determinados interesses individuais e perspectivas ideológicas específicas (VALE JR., 2009). Como apontam Boutin & Flach (2016, p. 4), quando refletem sobre os esforços dos discentes no período abolicionista, os alunos tinham seus interesses particulares, pois, à época,

[...] havia a necessidade emergente de libertar os negros e transformá-los em homens livres, em consumidores e mão de obra comprometida com o desenvolvimento. Considera-se que essa é uma justificativa para o envolvimento dos estudantes na luta pela abolição da escravidão, pois estes pertenciam, em sua maioria, às famílias da classe economicamente dominante.

Já a terceira fase é o momento que Mendes Jr. (1982) considera

a mais importante da história dos movimentos estudantis, classificando-a como um período de atuação política, iniciada com a fundação da UNE. E é especificamente sobre essa organização estudantil que discorreremos de modo panorâmico e reflexivo na próxima seção.

## 2. Visão panorâmica acerca do movimento estudantil no Brasil

De acordo com Santana (2014), a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi organizada e fundada em 13 de agosto de 1937, no interior das dependências da Casa do Estudante do Brasil, durante o *I Conselho Nacional dos Estudantes*. Nesse momento inicial, a UNE tinha como objetivo principal ser uma representação *apolítica*, isto é, entendida não como uma associação de luta, mas como uma instituição representativa e simplesmente formal dos estudantes (MENDES JR., 1982). Ainda segundo o estudioso, somente a partir do *II Congresso Nacional dos Estudantes*, realizado em 1938, que a UNE realmente se organiza como uma entidade política da juventude universitária do país.

Entretanto, no entender de Mendes Jr. (1982), muitas tentativas ocorreram, antes da fundação propriamente da UNE, a fim de que a atuação discente tanto ficasse não somente restrita aos Centros Acadêmicos quanto estivesse mais próxima da realidade social, de maneira ampla e consistente. Como exemplo, Mendes Jr. (1982) cita a realização do *I Congresso Nacional dos Estudantes*, em 1910, na cidade de São Paulo.

Ainda segundo o estudioso, as assembleias estudantis realizadas na década de 1930 já tinham como influência princípios marxistas, assim como conceitos provenientes da Revolução Russa. Para Azevedo et. al. (2018), a reforma universitária de Córdoba, na Argentina, também influenciou diretamente os estudantes brasileiros naquele período.

Porém, é somente com a fundação da UNE que os estudantes brasileiros têm, pela primeira vez, um órgão representativo em âmbito nacional. Como menciona Mendes Jr. (1982, p. 36), alguns meses depois, em novembro de 1937, Getúlio Vargas institui o

Estado Novo, por meio de um golpe, fazendo com que “a UNE nascia, assim, sob o signo da luta pela democracia”.

De fato, quando consideramos as discussões e as pautas levantadas pelos integrantes da UNE em seu Congresso de 1938, dentre elas, como aponta Mendes Jr. (1982), Os Estudantes Brasileiros e a Siderurgia, Função da Universidade, A Mulher Estudante frente ao Problema do Lar, Ensino Rural, Orientação Universitária, Participação Política dos Estudantes, percebemos o caráter político revolucionário dos estudantes e sua vontade urgente de renovações sociais.

Na opinião do próprio estudioso, essas teses dos integrantes da UNE mostram como os discentes tinham uma preocupação em promover mudanças na realidade econômica e social do país, interessados, sobretudo, na melhoria da condição das classes exploradas.

Para o pesquisador, a realização mais relevante desse encontro deu-se justamente pelo interesse dos integrantes da UNE em alterar a própria estrutura educacional do país. Dentre alguns pontos significativos da proposta da UNE, Mendes Jr. (1982, p. 39) destaca que os estudantes

[...] grifam [...] que a aquisição de cultura ‘é uma aspiração e um direito de todo povo e que as organizações de ensino no Brasil não satisfazem ainda à necessidade de contribuir para a melhoria do nível cultural da população’, afirmando ainda que os métodos educacionais em vigor no país, ‘arcaicos e rotineiros’, eram ‘prejudiciais à... formação da mocidade’ e que o estudante brasileiro era ‘na sua maioria, pobre e desprotegido, financeira, moral e intelectualmente.’ No primeiro ponto da proposta, intitulado ‘Solução para o Problema Educacional’, sugeria-se, entre outras coisas, o Ensino Popular Obrigatório, não apenas limitado à alfabetização em massa, mas completado com a integração do indivíduo na comunidade, o Ensino Profissional Intensivo, com a criação de cursos técnicos, e a criação de Cidades Universitárias.

Além disso, durante esse II Congresso de 1938, Mendes Jr. (1982) aponta que os estudantes tiveram como proposta não só a

integração da universidade com a vida social popular, mas também o direito de voto de estudantes e de docentes para a escolha de reitores e diretores, a melhoria do salário do professor, a autonomia do corpo discente, dentre outras ações.

A força dos atos da UNE frente a autoritarismos de toda ordem e a sua disposição em proporcionar uma sociedade mais justa e que beneficie o desenvolvimento humano, educativo e cultural de todos os brasileiros fazem parte, de fato, da composição basilar desse movimento estudantil.

Segundo Mendes Jr. (1982), nos anos de 1941 e 1942, tendo como contexto histórico a Segunda Guerra Mundial, os estudantes da UNE iniciaram um importante movimento abertamente contrário ao nazismo e ao fascismo, cujas ideologias tinham moderado apoio de Vargas naquele período. Inclusive, para Mendes Jr. (1982), essa luta estudantil contra a opressão e o cerceamento da liberdade precederia o vindouro movimento estudantil contra o próprio Estado Novo brasileiro, em busca da redemocratização do país.

Em 4 de julho de 1942, a UNE organizou uma passeata estudantil antitotalitária, embora o chefe da polícia e o ministro da justiça fossem contrários a sua realização, pois consideravam-na subversiva (MENDES JR., 1982). Aos poucos, porém, o movimento estudantil ganhou força em demais setores da sociedade civil, sendo apoiado, ainda, por docentes universitários, bancários e marítimos. Com a demissão do chefe da polícia, em razão de conflitos internos dessa instituição, finalmente os alunos tiveram o direito à realização desse evento, reunindo mais de mil pessoas que, dentre outras reivindicações, pediam a entrada do Brasil na guerra. Segundo Mendes Jr. (1982), essa passeata foi o primeiro grande evento popular ocorrido no Estado Novo.

Ademais, como aponta o estudioso, a própria queda de Getúlio Vargas e a redemocratização do país, ocorrida em 1945, teve, como principal causa, os movimentos sociais liderados pelos estudantes da UNE. Além dessa conquista, em 1947, a UNE ainda proporcionou os alicerces para um dos principais eventos populares que defendia o monopólio estatal do petróleo no Brasil contra a campanha de venda e privatização desse bem nacional para grupos

estrangeiros (MENDES JR., 1982). Em relação à campanha, Mendes Jr. (1982, p. 53) destaca que ela “empolgou o país durante anos... o movimento ganhou as ruas. Rara era a cidade que não tinha a sua ‘torre de petróleo’, como símbolo da resistência aos entreguistas”.

No ano de 1948, como aponta Mendes Jr. (1982), a UNE lutou contra o aumento das passagens de bonde, tendo a sua sede invadida, pela primeira vez na história, por forças policiais opressoras. Nesse sentido, o pesquisador ainda ressalta que, desde 1949, a UNE começa a sofrer um processo de invasão e repressão constantes, que perdurariam até meados da década seguinte. Movimentos estudantis de direita, patrocinados por verbas do Estado norte-americano, começavam a ganhar forças, sendo inclusive eleitas para a presidência dessa instituição, o que promoveria diversas atitudes retrógradas, entreguistas e conservadoras por parte da diretoria da UNE.

Entretanto, em 1956, conforme aponta o pesquisador, a UNE elegeu novamente um estudante progressista, encerrando finalmente essa fase anterior, marcada por retrocessos. Uma das primeiras ações da nova diretoria foi realizar uma greve contra o aumento das passagens de bonde. No ano de 1959, a UNE realizou também uma luta estudantil contra a privatização do ensino, pois essa organização estudantil entendia que

[...] o projeto denominado Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que, entre outras coisas, criava condições para o progressivo desaparecimento do ensino público e gratuito, e sua substituição por instituições privadas, onde, no dizer da UNE, ‘a caixa registradora era a primeira coisa que se via, antes das salas de aula, quadros-negros ou professores’ (MENDES JR., 1982, p. 60).

Na década de 1960, as ações da UNE continuaram a contribuir tanto para a constituição de uma nação soberana mais forte quanto para a redução de diversas injustiças mantidas historicamente. Ao refletir sobre esse período, Cardoso (2005) aponta a intensa transformação cultural produzida pelos movimentos sociais em

geral e pelos movimentos estudantis em particular. No entender da estudiosa, essa década foi marcada por

as transformações da imagem da mulher, com o feminismo; a liberação sexual; as modificações na estrutura da família; a entronização do modo jovem de ser como estilo de vida; a flexibilização das hierarquias e da autoridade; a construção de novas relações entre o adulto e o jovem e o adulto e a criança; a criação de um novo imaginário da fraternidade; a introdução do “novo” na política; a emergência das questões ecológicas como se fossem também políticas, para ficar com algumas das referências mais destacadas (CARDOSO, 2005, p. 93).

Ainda segundo a estudiosa, os movimentos dessa década tinham como ponto principal a transgressão de valores que consolidavam o *status quo* vigente. Para Cardoso (2005), essa luta não era limitada a uma simples negação do que era tida como a *força absoluta* até então, mas um movimento que buscava estabelecer novos limites, proporcionando novos valores.

Em relação especificamente ao contexto social do Brasil nessa década, Mendes Jr (1982) apresenta alguns esforços e contribuições importantes dos representantes da UNE.

Em 1960, a UNE iniciou uma série de seminários por meio dos quais os representantes estudantis dos estados brasileiros poderiam discutir problemas, oferecer sugestões, realizar críticas de modo que, colaborativamente, eles auxiliassem-se mutuamente. No *1º Seminário Nacional de Reforma Universitária*, realizado em Salvador, os estudantes propuseram mudanças importantes, por intermédio da *Declaração da Bahia*.

De acordo com Mendes Jr. (1982), dentre as propostas estudantis, há a necessidade de reformas em diversos âmbitos, tais como a socialização de setores econômicos básicos, além da inclusão de operários nos órgãos governamentais. Os integrantes da UNE também refletem sobre a necessidade de alteração do sistema educacional brasileiro, bastante seletivo, cujo ponto mais alto é a própria universidade, uma instituição elitista que não é sequer capaz de cumprir satisfatoriamente com a sua função, a saber,

promover a cultura nacional e popular e preparar profissionais capacitados para o desenvolvimento do país.

Ao refletir sobre esse momento histórico, Azevedo et. al. (2018 p. 41) entendem que

[...] o ideário da reforma universitária adquiriu força nos anos iniciais da década de 1960 como reflexo de um amplo movimento reformista que se travava na América Latina. Em maio de 1960 as lideranças da UNE, organizaram e participaram do 1º Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, que aconteceu em Salvador, Bahia. O conclave, ao reunir delegados da Guatemala, Cuba, Uruguai, Equador, Bolívia, Honduras, El Salvador, Panamá, Colômbia, Argentina, Venezuela, Nicarágua, Peru e Porto Rico, além de estudantes ouvintes da França, Itália, China e Tchecoslováquia, proporcionou aos estudantes brasileiros a apropriação do Manifesto de la Federación Universitaria de Córdoba e sua difusão, principalmente nos países latino-americanos [...].

Com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, representantes das Forças Armadas e empresários de grupos multinacionais poderosos eram contrários ao exercício da constituição, isto é, a posse do então vice-presidente, João Goulart, uma vez que eles consideravam Goulart suspeito, com atitudes subversivas, como menciona Mendes Jr. (1982). Por sua vez, a UNE, que era curiosamente liderada por um estudante pertencente a um grupo católico progressista, levantou-se contra a tentativa de golpe de estado, decretando uma greve geral a fim de defender a liberdade democrática. Na época, o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, também era a favor da constituição brasileira, não se sujeitando a interesses capitalistas norte-americanos, de modo que a UNE mudou o local de sua sede, do Rio de Janeiro para Porto Alegre, para melhor articular-se para a resistência estudantil, como indica Mendes Jr. (1982).

No ano de 1962, a UNE realizou “a greve de um terço”, cujo objetivo era a participação estudantil em todos os órgãos colegiados das faculdades e universidades, com os alunos compondo um terço dessas organizações. De acordo com o estudioso, essa greve teve um

alcance nacional nunca visto até então, com cerca de 90% de paralisação dos alunos universitários de todo o Brasil, além de diversas manifestações pelo país, fazendo com que os problemas da universidade alcançassem a opinião pública, não mais restritos apenas aos discentes dentro das universidades. Segundo o estudioso, toda essa organização democrática foi amplamente criticada pela mídia da época, que defendia os interesses dos empresários, apresentando os estudantes como revolucionários e subversivos.

De acordo com Mendes Jr. (1982), o ano de 1963 foi bastante crítico, uma vez que setores da sociedade civil e do empresariado, incomodados com as intenções de governo de João Goulart, articulavam-se para a realização de um golpe de estado contra o presidente, acusado de querer tornar o país comunista e sindicalista, embora eles não apresentassem provas concretas para tais críticas tampouco explicassem o que haveria de ser *um país sindicalista*. Nessa época, eclodiram também greves de operários, que buscavam melhorias de salário e de trabalho, apoiando inclusive as reformas pretendidas por Goulart, indo de encontro aos interesses dos grupos elitistas, que estavam cada vez mais incomodados com a iminente perda de seus privilégios. Nesse momento conturbado da história do país,

O clima era de tensão política e a hora era de agir, tanto para um lado como para o outro. A UNE mergulhou 'de cabeça' nesse clima; sua atividade passou a ser de um engajamento político total e completo: levou o Centro Popular de Cultura às favelas, sindicatos, associações de bairros, 'numa ação de conscientização popular de proporções enormes. É de se notar também que o CPC organizou inúmeros grupos de estudantes que participaram ativamente da Campanha de Alfabetização de Adultos pelo método Paulo Freire, com ótimos resultados [...] (MENDES JR., 1982, p. 70).

Segundo o estudioso, em março de 1964, João Goulart realizou um comício, com a participação de aproximadamente duzentas mil pessoas, tendo a UNE como uma das principais instituições sociais de apoio das propostas presidenciais, a fim de divulgar e anunciar o

início das reformas no país, começando particularmente com a Reforma Agrária.

Segundo Mendes Jr. (1982), esse ato político, que buscava distribuir as riquezas do país, descentralizando o poder e reduzindo as misérias sociais e as injustiças históricas da nação, foi dura e intensamente criticado pelas parcelas conservadoras do país, como não havia de ser diferente.

De acordo com o estudioso, o Congresso, a imprensa, o latifúndio e o imperialismo foram abertamente contrários às reformas, anunciando que elas eram ilegais e inconstitucionais. Além disso, Mendes Jr. (1982) menciona que os fazendeiros anunciavam publicamente [e irresponsavelmente] que estavam dispostos a matar todos aqueles que entrassem em terras desapropriadas.

Diante dessa realidade tensa e conflitante, em 31 de março de 1964, os militares aplicam um golpe de estado, ferindo a Constituição e assumindo arbitrariamente o poder do país. Embora os estudantes da UNE e os operários quisessem impedir esse atentado à democracia, conforme menciona o estudioso, eles não tinham meios para tanto. Para o pesquisador,

[...] a UNE foi uma das primeiras vítimas do golpe. Com um ódio que demonstrava o quanto ela tinha sido incômoda às classes dominantes, sua sede foi invadida e incendiada. E o prédio do antigo clube Germânia, que a UNE ocupava nos tempos heróicos da luta contra o nazi-fascismo, sofreu no próprio corpo a bestialidade e a ferocidade dos novos fascistas que tomavam o poder (MENDES JR., 1982, p. 74).

Como menciona Santos (2009), dentre os diversos movimentos populares, a UNE destacou-se durante o período da ditadura militar tanto por lutar contra o desmanche da educação e o sistema ditatorial quanto por defender a universidade brasileira e as classes populares, sendo, em razão dessas ações, alvo de organizações políticas e da repressão militar.

A autora afirma que, logo no início do golpe, os militares invadiram a Universidade de Brasília (UnB), com diversos

professores sendo exilados, assim como muitos docentes da USP também foram. Nesse cenário, o Departamento da Ordem Política e Social começou a perseguir os estudantes participativos e a UNE foi posta na ilegalidade. De fato, de acordo com Mendes Jr. (1982), em 1964, a UNE foi praticamente desbaratada, com os discentes sendo expulsos das faculdades, além de serem perseguidos e presos.

Santos (2009) pontua que a principal luta estudantil nesse período inicial foi pela Reforma Universitária e pela extinção da Lei Suplicy. Segundo Mendes Jr. (1982), após o ministro da educação propô-la, os estudantes reorganizaram-se para evitar a transformação dos antigos Centros Acadêmicos (CAs) em Diretórios subordinados às direções das faculdades, como propunha essa lei. Como forma de manifestação contrária à Lei Suplicy, os estudantes decidiram boicotar a eleição do Diretório, o que resultou na derrota da inclusão de tal prática opressora pelo governo.

Na sequência, em 1966, conforme Mendes Jr. (1982), entram em cena os Acordos MEC-USAID, os quais visavam reformular os sistemas educacionais das universidades brasileiras de modo a seguirem um padrão das instituições norte-americanas, cuja abordagem tecnicista tinha como principal objetivo a formação de estudantes voltados estritamente para o mercado de trabalho.

Nesse mesmo ano, segundo Santos (2009), os movimentos organizados pela UNE contra a ditadura militar intensificaram-se, de modo que os seus integrantes decretaram o dia 22 de setembro de 1966 como o *Dia Nacional da Luta contra a Ditadura*. Nesse dia, os estudantes saíram às ruas, em defesa da educação superior crítica e da formação integral do cidadão, em diversos estados do Brasil, sendo violentamente reprimidos pelo governo militar. Nessa ocasião, ocorreu o episódio do *Massacre da Praia Vermelha*, no qual os estudantes foram encurralados na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sendo agredidos, com muitos sendo presos posteriormente. No decorrer dessa realidade conturbada, com diversos conflitos contra os militares, Santos (2009) ressalta que a UNE acabou dividida em duas posições, em razão de suas ações, uma liderada pela Ação Popular, favorável a luta de massas, e outra liderada pela Dissidência (DIs), favorável a aliar as causas populares às

estudantis. Essa divisão culminou em uma disputa interna na própria organização e dificultou sua articulação. Assim, segundo Mendes Jr. (1982), a partir do documento final do *XXIX Congresso da UNE*, é possível perceber uma tendência à radicalização no movimento estudantil, influenciados por essas organizações políticas.

O ano de 1968, marcado por intensas manifestações na França, Estados Unidos e diversos outros países (SANTOS, 2009), foi também de bastantes conflitos e atuações populares no Brasil.

Em março, a polícia entrou atirando no restaurante universitário Calabouço, no Rio de Janeiro, com a justificativa de “[...] prender um estudante que estava organizando uma passeata” (MENDES JR, 1982, p. 82), ocasionando o assassinato do discente Edson Luís. De acordo com Santos (2009), essa violenta operação policial ocasionou uma grande comoção nacional, de modo que houve diversas manifestações estudantis e populares de repúdio a essa criminoso e fatal operação policial.

Em junho, um evento organizado pela UNE, que ficaria futuramente conhecido como *A Passeata dos Cem Mil* (SILVA & SOUSA, 2018), teve amplo apoio de artistas, professores, pais, servidores públicos, advogados e representantes da igreja. Segundo os estudiosos, os participantes dessa passeata, embora bastante distintos entre si, estavam reunidos em torno de uma mesma causa, *abaixo a ditadura*.

Em outubro, conforme menciona Mendes Jr. (1982), a rua Maria Antônia foi cenário de um violento confronto entre os alunos da USP, que reivindicavam a liberdade e o retorno à democracia, e os alunos da MACKENZIE, que defendiam os interesses dos militares, articulando-se em torno do grupo estudantil Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Com o pretexto de encerrar esse confronto, a polícia invadiu a USP, agrediu e prendeu diversos estudantes.

De modo amplo, conforme menciona Mendes Jr. (1982), motivados pelos movimentos estudantis franceses, os estudantes brasileiros, cada vez mais cerceados pela repressão violenta policial, buscavam não só reformular as universidades (currículo e estrutura

administrativa), mas também concretizar uma aliança com operários e camponeses, para além de derrotar o próprio governo ditatorial.

Não por acaso, nesse mesmo período, operários de cidades da região metropolitana de São Paulo também estavam extremamente insatisfeitos com as medidas de arrocho salarial do governo militar, de modo que eles organizaram uma grande greve, além de ocuparem diversas fábricas (MENDES JR., 1982). Diante disso, os integrantes da UNE começaram a articular-se de modo mais aproximado com os operários, buscando uma união em defesa da população e contra o governo ditatorial.

Como menciona o estudioso, com receio do poder das manifestações estudantis e de sua parceria com a classe operária, que poderia ocasionar um movimento muito amplo e consistente, o governo militar adotou um regime *linha dura* e decretou o Ato Institucional nº 5, denominado de AI-5. Santos (2009) e Mendes Jr. (1982) ressaltam que, a partir da promulgação desse ato, os líderes estudantis foram perseguidos, a imprensa censurada e o Congresso Nacional foi fechado. Como indica Mendes Jr. (1982, p. 85),

Aquilo que chamávamos de ditadura, antes da decretação do AI-5, nada era comparado ao que ocorreu depois disso. A vida política da Nação - para não falarmos apenas dos estudantes - foi completamente sufocada [...] o terrorismo de Estado funcionava como 'canalizador' da opinião pública.

Ainda segundo o autor, a UNE, já bastante enfraquecida politicamente em razão dos constantes ataques, diretos e indiretos, dos militares, continuava na tentativa de ser uma força de resistência. Todavia, erros de concepção política de sua diretoria podem ser percebidos, o que evidencia o desgaste emocional e os conflitos que os estudantes vivenciavam naquele tempo. Como exemplo, o estudioso cita o *XXX Congresso da UNE*, realizado em Ibiúna, em 1968, que padecia de diversos problemas técnicos e de coordenação. Como resultado, o evento foi facilmente descoberto e invadido pela polícia militar e pelos DEOPS, que prenderam os líderes estudantis, além de mais de 800 participantes.

Diante dessa realidade de extrema repressão, não houve outra

alternativa para os discentes que continuavam tentando derrotar o regime ditatorial do que a luta armada, por meio de guerrilhas urbanas e rurais. Entretanto, embora os ideais dos estudantes guerrilheiros fossem os melhores possíveis, as suas ações tiveram resultados desastrosos.

De acordo com Mendes Jr. (1982), de modo a sustentar essa vida de resistência clandestina, os estudantes passaram a realizar ataques a bancos e assaltos. Para a opinião popular, essas ações não se diferenciavam das invasões de simples bandidos, fazendo com que os estudantes fossem mal vistos por parcelas significativas da sociedade. Ainda segundo o estudioso, contribuiu para essa visão da população, totalmente alienada mediante o tricampeonato da seleção masculina de futebol em 1970, tanto a propaganda oficial do governo, que condicionava as atitudes dos guerrilheiros como terroristas, quanto à extrema censura imposta na mídia, impedindo a divulgação de dados mais verídicos das ações estudantis.

Nessa época, foi criada a Operação Bandeirante (OBAN), organismo para-oficial financiado por grandes empresas, a fim de capturar e torturar os guerrilheiros presos, de modo a enfraquecer e dividir ainda mais o movimento estudantil.

Nesse sentido, Santana (2014) menciona que, nos anos de 1970, a UNE buscou uma reorganização para contra-atacar, mediante essa intensa repressão e perseguição ditatoriais. Embora a UNE tivesse sido banida, os estudantes mantiveram entidades representativas, como os Centros e Diretórios Acadêmicos e realizavam manifestações culturais no interior das universidades, na medida do possível, para defenderem as lutas educacionais e a reconstrução do Diretório Central dos Estudantes. De modo amplo, Santos (2009) ressalta que a luta estudantil nos anos de 1970, organizada em torno de debates, eventos culturais e publicação de panfletos, não mais por meio de ações públicas e passeatas, focou na reivindicação da liberdade democrática nacional, da anistia ampla, geral e irrestrita, em conjunto com outros movimentos populares a favor dos direitos humanos, uma vez que a primeira metade da década foi intensamente marcada por muitas mortes, torturas e prisões ocasionadas pelos militares.

Diante desse cenário caótico, a UNE voltou, aos poucos, para a luta política, a partir de 1975, com as greves da Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP), da UFBA e das Humanas da UNICAMP (SANTOS, 2009). Já em 1979, houve a maior conquista da UNE na época, ou seja, o congresso de sua refundação em Salvador.

Segundo Mota (2013), em 1979, no Centro de Convenções da Bahia, ocorreu esse primeiro Congresso de Reconstrução da UNE sob gritos de “*A UNE somos nós, nossa força e nossa voz*”. Após dez anos da barbárie ditatorial que sofreu, como as perseguições, invasões e prisões, a UNE ressurgiu em busca da representatividade política e da redemocratização do Brasil, aproximando-se do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Esse evento de dois dias, segundo a autora, estabeleceu eixos temáticos que seriam seguidos pela organização:

1 - Estatuto e Carta de Princípios da UNE; 2 - Trabalho de imprensa, cultura, esporte, finanças, secretarias (dividido por áreas); 3 - A forma de eleição que deverá ter o Congresso; 4 - A UNE e a universidade brasileira; 5 - A UNE e a realidade brasileira; 6 - A luta dos estudantes (MOTA, 2013, p. 167).

Por meio dessa ata do congresso, percebemos que a UNE demonstra não só seu comprometimento para com a reestruturação e a organização do movimento estudantil, de maneira articulada, mas também sua luta em defesa da democracia e da liberdade.

Desse modo, sobre o papel dos estudantes nesse período, Santos (2009) defende:

[...] vimos que os estudantes se constituíram numa força de grande combate contra a ditadura militar e sua contribuição nesse processo foi relevante. Nesse sentido, a repressão perseguiu os líderes estudantis para conter o avanço do ME (SANTOS, 2009, p. 107).

Nesse sentido, podemos compreender a importância dos estudantes no combate à ditadura militar. Apesar da perseguição, da violenta repressão e de disputas internas na organização,

financiadas por departamentos do Estado americano, os militares não foram capazes de extinguir o avanço do movimento estudantil.

No final dos anos de 1970, Freire (2008) ressalta que as greves dos operários eclodiram, classificando-as como uma fase da “ofensiva e organização ampla”, por meio da qual se acelerou o processo de organização sindical da classe dos operários e iniciou-se, em 1983, a fase de “ampliação e consolidação” desse movimento. Nessa fase, há um acréscimo do movimento grevista e das articulações intersindicais, ocorrendo a mobilização de grandes massas de trabalhadores em diversas regiões do país.

Ainda de acordo com Freire (2008), nesse cenário, os movimentos estudantis em particular e a população em geral desejavam intensamente a realização de uma eleição direta para presidente no Brasil, a denominada *Diretas Já*. De acordo com Delgado (2007), em abril de 1984, reuniram-se, em movimentações populares, diversos grupos da sociedade civil, entidades representativas dos estudantes, como a UNE, e dos trabalhadores, além de integrantes dos principais partidos de oposição ao regime militar. Conforme a autora, esse movimento, *Diretas Já*, é conhecido por seu caráter heterogêneo e sua despersonalização, ou seja, uma campanha cívica composta por milhares de pessoas que ocuparam as ruas e as praças das cidades por todo o país, reivindicando, de modo geral, por

(...) democracia política, representatividade, eleições periódicas para cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo e preocupação prioritária com os interesses públicos, (...) [sendo] o maior movimento cívico/popular da história brasileira (DELGADO, 2007, p. 2).

Freire (2008) afirma que os integrantes da UNE atuaram de modo participativo nesse período e, em razão da movimentação e da luta populares, o Congresso votou, enfim, a favor da realização de eleições indiretas, nomeando Tancredo Neves como presidente do Brasil já a partir do ano seguinte, em 1985, e decretou que, nas próximas eleições, de 1989, seriam realizadas eleições diretas para a escolha do presidente da república.

Já na década de 1990, as ações dos integrantes da UNE, embora tenham diminuído em quantidade, continuavam relevantes. Segundo Paula (2009), Fernando Collor (1990-92), primeiro presidente eleito democraticamente após o período ditatorial, começa a receber sucessivas denúncias de corrupção em seu governo pelo esquema PC Farias, pelo caso Engesa, além de sofrer críticas e pressões diretas dos militares, que reivindicavam melhorias para a sua categoria, como, por exemplo, aumentos salariais.

Mediante a essa realidade conturbada politicamente, surge o movimento popular *Caras Pintadas*. Dias (2008) esclarece que esse movimento surgiu em agosto de 1992, embora suas origens tenham uma relação direta com a própria eleição presidencial de 1989. No entender do pesquisador, esse movimento teve, num primeiro momento, participação de diversos setores populares da sociedade, com a ação estudantil ganhando força e atuação com o passar do tempo. Para Freire (2008), inclusive, o próprio movimento das *Diretas Já*, cujo apoio da UNE foi essencial, contribuiu, mesmo que indiretamente, para a realização dos *Caras Pintadas*, o qual teve a participação intensa de alunos do ensino médio, de maneira bastante expressiva, nunca vista anteriormente.

De acordo com Dias (2008), os estudantes, entre 16 e 18 anos, puderam, pela primeira vez na história, participar das eleições de maneira direta, em 1989. Ao contribuir significativamente para a vitória de Collor, que tinha um discurso pautado na inovação tecnológica e na modernização da sociedade, os estudantes decepcionaram-se ao perceber, com as revelações de sucessivas denúncias, que, na verdade, o primeiro presidente eleito democraticamente representava a *velha política*, isto é, Collor articulava-se por meio de favorecimentos ilícitos e atitudes corruptas. Decepcionados com o presidente, frustrados enquanto classe social e traídos enquanto nação, os estudantes, informados da alternativa viável para a realização de um *impeachment* e influenciados pela condução da mídia, assumem a principal força nas realizações de protestos pelo país (DIAS, 2008).

De acordo com o estudioso,

[...] seria importante observar a atuação e incentivo dos adultos - pais, professores - ao movimento [dos *Caras Pintadas*]. Os pais não viam o protesto como algo negativo, mas sim como um exercício de cidadania e, mais, um movimento de classe média, asséptico, suprapartidário e, portanto, acima do radicalismo dos grupos de esquerda. Quando o movimento torna-se mais organizado e 'saudável', ele perde a característica de "turba", de bando, que causa um certo temor às elites (DIAS, 2008, p. 7).

Embora esses movimentos contra o governo Collor tenham sido compostos majoritariamente por estudantes que não tinham uma relação direta com a UNE, é válido ressaltar que essa instituição teve participação fundamental em suas realizações (PORTILHO, 2015), como não haveria de ser diferente, em razão do caráter combativo e social que a UNE sempre demonstrou no decorrer de sua história.

Em 13 de agosto de 1992, conforme cita Dias (2008), Collor tenta apelar aos seus eleitores e clama por uma manifestação popular a seu favor, por meio da qual seus militantes vestissem roupas nas cores verde e amarelo. No entanto, cerca de 100 mil pessoas ocuparam o Palácio do Planalto em Brasília, vestidas de preto, para exigir a renúncia do presidente. Na sequência, o autor relata que o movimento *pró-impeachment* cresceu e, no dia 25 daquele mês, houve mobilizações em 31 cidades pelo Brasil, contando com mais de 500 mil pessoas.

De acordo com Dias (2008), o movimento *Caras Pintadas* recebeu esse nome porque os estudantes, enquanto pintavam o rosto com as cores verde e amarelo, para fazer uma alusão ao patriotismo nacional, vestiam-se com roupas pretas, remetendo a um luto simbólico, diferenciando-se, então, dos simpatizantes e dos apoiadores de Collor, que se vestiam com as cores da bandeira nacional. Essa maneira de expressão, rostos pintados e vestimentas escuras, tornou-se um símbolo de contestação nesse período. A UNE, nesse cenário, ficou em evidência devido ao engajamento e à participação massiva dos jovens nas passeatas em São Paulo, com cerca de 200 mil estudantes (DIAS, 2008).

Assim, a partir da articulação civil, por meio das movimentações populares, o presidente da república Fernando Collor de Mello sofreu *impeachment* pelos seus atos corruptos e foi afastado do cargo.

Segundo Paula (2009), em seguida, os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) são representados pela supremacia do capital privado no país, em que o mercado regula a atividade econômica nacional. Inicialmente, o estudioso acredita que, logo após eleito, FHC concentrou-se em conseguir o apoio dos parlamentares para ter suas emendas e propostas constitucionais aprovadas. As propostas de FHC visavam a modernização do país e o crescimento econômico, em razão da qual ele implantou medidas para atrair capital externo e inserir o Brasil no mercado internacional e, em âmbito nacional, deu continuidade ao Plano Real, aumentando as taxas de juros e a desvalorização do câmbio.

De acordo com Paula (2009), com essas medidas liberais, o apoio dos deputados e principalmente da mídia, bastante partidária em favor ao então presidente, o Senado aprovou, em 1997, a reeleição para os cargos do Poder Executivo. Dessa maneira, devido a um crescimento razoável do PIB brasileiro durante o governo do tucano, uma vez que seu plano visava primordialmente uma melhora na economia do país, a popularidade do presidente aumentou, fazendo com que FHC fosse eleito novamente.

No entanto, como menciona Paula (2009), já no segundo mandato, a área econômica começou a decair, juntamente com a popularidade de FHC, uma vez que as medidas tomadas visavam a diminuição da participação do Estado na economia e a redução de investimento públicos. Em acentuada crise, o país entrou em acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e teve de reduzir investimentos públicos, em áreas como saúde e educação, além de aumentar juros e impostos, promovendo insatisfações na população.

Dito isso, o autor ressalta que a UNE opunha-se às ações políticas de FHC, pois ela “provocava o desmonte da Universidade e do Serviço Público no Brasil, chamando-o de Neoliberal” (PAULA, 2009, p. 258).

Jesus et. al. (2016) entendem que, durante esse governo, não

houve possibilidades de avanços nos direitos estudantis, em razão de que a orientação neoliberal de FHC provocou a negação do acesso e da permanência do estudante na universidade. De acordo com os estudiosos,

Como medida de oposição ao governo, a UNE convocou os estudantes a irem protestar nas ruas e posicionou-se firmemente contra a mercantilização da educação, promovida pela gestão FHC, pois nesse período as instituições particulares de ensino foram enormemente privilegiadas, com o sucateamento das universidades públicas (JESUS ET. AL., 2016, p. 253).

Além disso, como citam Jesus et. al. (2016), a UNE ainda teve atuação relevante durante todo o governo FHC, lutando contra tanto os valores abusivos das mensalidades nas faculdades particulares quanto o *Provão*, um sistema de avaliação governamental que promovia uma produtividade exacerbada nas instituições públicas, somente liberando verbas mediante resultados, o que ocasionou na queda da qualidade do ensino na universidade e a desvalorização do trabalho docente.

Na sequência, com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, no final de 2002, as expectativas eram de que “haveria maiores investimentos na educação, com transformações no Ensino Superior, conforme antigas reivindicações do Movimento Estudantil” (PAULA, 2009, p. 260).

Em certa medida, a maneira como o governo Lula administrou a educação no país pode ser considerada excelente, uma vez que o presidente proporcionou a construção de 18 universidades federais e 173 câmpus universitários, ampliando, de modo histórico, o acesso à educação para milhares de jovens. Além disso, Paula (2009) cita as criações do *Programa Universidade para Todos* (PROUNI), em 2004, e o *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica* (Fundeb), em 2006, cujos objetivos eram, respectivamente, possibilitar o acesso de jovens de baixa renda à educação e aumentar a inclusão de crianças no ensino. Assim,

O programa de governo de Lula foi elaborado tendo como eixo um novo modelo de desenvolvimento para o país, voltado para a solução dos problemas sociais, rompendo com a política econômica do governo FHC (PAULA, 2009, p. 261).

Paula (2009) afirma que, nesse período, a UNE concentrou-se na luta pela reforma da Universidade e elaborou propostas para o Ensino Superior, como a publicação, em 2005, da revista *Movimento-Educação Superior: novos caminhos e desafios*, resultante do 49º congresso da UNE. Segundo o autor, os estudantes criticam o projeto anterior do MEC e entendem, como necessário, assegurar a gratuidade do ensino, a democracia e a autonomia na educação pública. Entretanto, Paula (2009) esclarece que

O grande crescimento de vagas no ensino superior deveria fortalecer a UNE, mas não há uma relação direta, com esse fortalecimento, uma vez que a expansão se dá por meio da privatização e fragmentação, enfraquecendo a capacidade de atuação da UNE, que não possui meios materiais e humanos de se fazer presente em todas as instituições de Ensino Superior que são criadas.” (PAULA, 2009, p. 286).

Nesse sentido, Freire (2008) aponta que, apesar da UNE ter desempenhado papéis importantes na conquista dos estudantes e da sociedade do país, no geral, como a democratização do ensino, a organização sofreu uma mudança de 1960 aos tempos recentes:

É importante percebermos que em 1968, o Brasil tinha quase 300 mil alunos no ensino superior, mas o movimento estudantil promovia manifestações do porte da passeata dos Cem Mil, no Rio. Em 2008 o país tem quase 5 milhões de universitários, mas os protestos de rua praticamente desapareceram.” (FREIRE, 2008, p. 141).

Assim, conforme exposto por ambos os autores, o crescimento das universidades e a democratização do ensino acabaram por, de modo indireto, enfraquecer o movimento estudantil e diminuir a força política da UNE, uma vez que eles não eram humanamente capazes de estar presente em todas as instituições de ensino superior.

Praticamente quase uma década depois do governo Lula, a UNE volta a articular-se, dessa vez por meio de uma grande manifestação, ainda pouco relatada e discutida em pesquisas da área, denominada *Tsunami da Educação* e realizada em 2019, conforme o jornal virtual oficial da UNE.

No artigo da UNE, publicado em 14.05.2019, indica que esse evento foi uma resposta ao corte de 30% de investimento na educação pública universitária, bem como apontam a precarização do ensino atual, em que o ensino superior já operava com menos recursos desde a extinção dos cargos efetivos das IES pelo governo FHC, em 2002. Ademais, conforme a UNE, baseando-se nos dados divulgados pela CAPES, as universidades públicas são responsáveis por 99% de todas as pesquisas realizadas no Brasil, de modo que elas precisam ser valorizadas e incentivadas. Nesse sentido, os cortes propostos pelo governo Bolsonaro e o ministro Weintraub resultam em 5,714 bilhões de reais, os quais podem inviabilizar o funcionamento das instituições públicas e as bolsas estudantis, conforme declara a UNE.

Vale lembrar também que, somada a essa reivindicação, havia uma tensão já crescente entre o então Ministro da Educação do governo bolsonarista e os integrantes da UNE em razão das ameaças, das tentativas de cerceamento nas universidades e da própria falta de respeito e total despreparo desse profissional. Durante o período em que esteve comandando essa pasta, o Ministro tornou-se mais conhecido, não por trabalhar pela melhoria da educação no país, mas pela ofensa direta aos próprios estudantes, ao dizer que os alunos realizavam *balbúrdia* nas universidades públicas.

Segundo ainda o artigo da UNE, as escolas e as universidades paralisaram, em todo o país, com os estudantes indo às ruas contra o bloqueio de recursos para a educação, anunciado pelo MEC naquela semana.

Durante essa manifestação, denominada *Tsunami da Educação*, a UNE afirma que cerca de 500 mil pessoas participaram do evento em São Paulo, além das mobilizações realizadas no Rio de Janeiro, Recife, Juiz de Fora, Salvador e Fortaleza. Além disso, a Federação

Única dos Petroleiros (FUP) esclarece que, nessas manifestações, reuniram-se também diversos movimentos sociais, para além dos estudantes, com a participação de trabalhadores e centrais sindicais do país. Na rede social *Twitter*, tanto brasileiro quanto mundial, a tag *Tsunami da Educação* alcançou a primeira e segunda posições, respectivamente, o que demonstra a força da mobilização em âmbito nacional e internacional desse evento.

Por fim, podemos apontar que, uma vez mais, a UNE literalmente salvou os investimentos na educação no país, considerando-se que o governo decidiu por retomar parte dos investimentos públicos para a educação, entre confirmações e negações, entre recuos e retomadas, como há de ser em todo governo cuja organização aponta para atitudes repressivas e ditatoriais.

## **Conclusão**

Neste artigo, compreendemos que o movimento estudantil, particularmente promovido pela UNE, não é desconexo da realidade social e política do país, mas, pelo contrário, desenvolve-se refletindo os anseios da sociedade.

De modo geral, a UNE é uma força de atuação tanto para a redução de desigualdades históricas, auxiliando para a inclusão social, quanto para a denúncia de opressões governamentais e ditatoriais.

De modo específico, os estudantes da UNE não só lutavam para melhorias necessárias e urgentes no interior do sistema educacional brasileiro, mas também se ocupavam com a renovação política, a reforma social, o confronto contra forças nazistas e fascistas, a luta contra o aumento de passagens de bonde, a luta contra a privatização do ensino, o auxílio em defesa das classes exploradas, a luta contra a repressão militar e o sistema ditatorial, o apoio ao sistema democrático, a conquista da democratização do ensino superior e a representação estudantil no cenário político nacional, dentre outras ações.

Por fim, pudemos observar que o movimento estudantil era

fortemente representado pela UNE, sendo capaz de mobilizar um grande número de apoiadores por todo o país, conquistar os direitos exigidos pela classe popular e refutar as medidas privilegiadas das classes abastadas. Atualmente, é possível perceber um moderado declínio dessa articulação política e social dos estudantes e da organização como um todo, uma vez que não só houve uma ampliação e fragmentação das universidades, mas também pela própria diminuição de retrocessos, quando comparados ao período da ditadura militar no país (1963-1985). Entretanto, o engajamento, a consciência social e o poder político da classe estudantil, liderada pelos seus representantes da UNE ainda é perceptível nos dias atuais, capazes de gerar um *tsunami simbólico* em nível nacional e mobilizar alunos, profissionais da educação, operários, artistas e políticos progressistas pela luta a favor da educação.

BATISTA, I. M.; SANTOS, V. M. A relevância da União Nacional dos Estudantes no cenário brasileiro. *Mosaico*. São José do Rio Preto, v. 19, n. 1, p. 7-33, 2020.

### THE NATIONAL STUDENT UNION'S RELEVANCE IN BRAZILIAN SCENARIO

**ABSTRACT:** In this article, we present a historical overview of the student movement in Brazil in order to understand the political role and social importance of the National Student Union (NSU).

**KEYWORDS:** UNE; student activism; educational history.

### Referências bibliográficas

AZEVEDO, M. ET. AL. *A Reforma Universitária de Córdoba de 1918 e sua Influência no Brasil: um foco no movimento estudantil antes do golpe de 1964*. Revista Latinoamericana de Educación Comparada, 9(13), 2018, p. 37-51.

BOUTIN, A. C. B. D.; FLACH, S. F. *Revisitando os movimentos estudantis no Brasil: considerações acerca do caráter educativo das mobilizações juvenis*. Reunião Científica Regional da ANPED: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais, Paraná, 2016, p. 1-16.

BUCK, C. H. B. *A UNE e a mobilização estudantil no Estado Novo*. Anais do

XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio, Rio de Janeiro, 2012, p. 1-10.

CARDOSO, I. *A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2, 2005, p. 93-107.

CONFIRA as universidades e institutos federais criados pelo PT, página oficial do PT, 06 de set. de 2018. Disponível em <<https://pt.org.br/confira-as-universidades-e-institutos-federais-criados-pelo-pt/>>. Acesso em: 07 de jul. de 2020.

DELGADO, L. A. N. *A campanha das diretas já: narrativas e memórias*. Associação Nacional de História - ANPUH, XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo, 2007, p. 1-8.

DIAS, L. A. *A política e participação juvenil: os “caras-pintadas” e o movimento pelo impeachment*. História Agora, 2008, p. 1-18.

FÁVERO, M. L. A. *A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. Educar, Curitiba, n. 28, 2006, p. 17-36.

FORACCHI, M. M. *O movimento estudantil*. In: \_\_\_\_\_. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira [Ed. da Universidade de São Paulo], 1972, p. 73-93.

FREIRE, S.M. *Movimento estudantil no Brasil: lutas passadas, desafios presentes*. Rhela, Rio de Janeiro, Vol 11, 2008, p. 131-146.

JESUS, L. N. ET. AL. *Programa Nacional de assistência estudantil: do protagonismo da UNE aos avanços da luta por direitos, promovidos pelo FONAPRACE (PNAES: da UNE ao FONAPRACE)*. Acta Scientiarum. Education. Maringá, v. 38, n. 3, 2016, p. 247-257.

MENDES JR, A. *Movimento Estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOTA, M. Q. *A UNE volta à cena: A reorganização do Movimento Estudantil baiano e processo de reconstrução da UNE (1969-1979)*. 2013. 202 f. Dissertação de Mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

PAULA, G. C. C. *A atuação da união nacional dos estudantes - UNE: do inconformismo à submissão ao estado (1969 a 2009)*. 2009. 383 f. Tese de Doutorado em Estado e Políticas Educacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2009.

PORTILHO, A. *A UNE de volta para casa: rituais de inscrição de memórias no espaço urbano*. Confluências Culturais. v. 4, nº 1, 2015, p. 41-50.

SALDAÑA, P. *MEC recua e desiste de cortar parte de bolsas de pesquisas congeladas*. Folha de S. Paulo. São Paulo, 11 de set. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/mec-recua-e-desiste-de-cortar-parte-de-bolsas-de-pesquisa-congeladas.shtml>>. Acesso em 07 de jul. de 2020.

SANTANA, F. A. *Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: a reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60*. 2014. 348 f.

Tese de Doutorado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SANTOS, J. S. *A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar*. Aurora, ano III, n. 5, 2009. p. 101-108.

SILVA, A. M. S.; SOUSA, L. M. T. *Passeata dos cem mil em perspectiva: movimentos sociais, educação e política*. In: LIMA, I. C. et al. Educação como forma de socialização. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, p. 63-93.

União Nacional dos Estudantes, UNE. *Os cortes, as lutas e o tsunami do 15M*. Disponível em < <https://une.org.br/opinioao/os-cortes-as-lutas-e-o-tsunami-do-15m/>> . Acesso em 07 de jul. de 2020.

União Nacional dos Estudantes, UNE. *Tsunami da educação em fotos*. Disponível em <<https://une.org.br/noticias/tsunami-da-educacao-em-fotos/>>. Acesso em 07 de jul. de 2020.

VALE JR., J. B. *Narrativas em movimento: disputas pela memória e história do movimento estudantil brasileiro*. ANPUH - XXV Simpósio Nacional de História - Fortaleza, 2009, p. 1-12.